



## O mundo de Obama: que mudança?

*“Na encruzilhada em que nos achamos hoje, encontramos esperança nesta história partilhada - mas não devemos ficar descansados. Esta geração não pode ficar imóvel (...). Precisamos de renovar as nossas instituições, as nossas alianças. Devemos procurar as soluções para os desafios deste jovem século. Esta é a nossa geração. Este é o nosso tempo.”*

OBAMA, 3 DE ABRIL DE 2009<sup>1</sup>

Foi neste tom exortativo que Barack Hussein Obama, 44º presidente dos EUA, se dirigiu à jovem assistência que o acolhia na cidade de Estrasburgo, na sua primeira grande viagem oficial ao estrangeiro. Com um programa intenso e alinhado ao segundo, a viagem de 8 dias incluiu uma reunião do G20 (Londres) para tratar da crise económica mundial, uma Cimeira da NATO (Estrasburgo-Khiel) para comemorar os 60 anos da organização e eleger o novo secretário-geral, um encontro com os países da União Europeia (Praga), uma visita à Turquia e, por fim, uma passagem-relâmpago pelo Iraque. No mesmo curto espaço de

tempo, houve ainda oportunidade para conferenciar com os presidentes da Rússia e da China e com o primeiro-ministro da Índia. Agenda cheia. Mas existirá uma linha transversal que explique toda esta frenética actividade? Como a devemos interpretar? Cerca de 100 dias depois da sua tomada de posse, será já possível encontrar na acção externa da nova administração norte-americana um pensamento estratégico fundamental? Em caso afirmativo, qual a sua orientação doutrinal?

“Esta é a nossa geração. Este é o nosso tempo”. As palavras proferidas no coração da Europa ecoaram uma das convicções orientadoras da campanha eleitoral que conduziu o senador de Chicago

à Casa Branca — que o mundo mudou e que a acção política precisa de mudar com ele<sup>2</sup>. Essa constatação é sobretudo válida no domínio da política internacional, como afirmava o então ainda candidato Obama no Verão de 2007, num artigo publicado na *Foreign Affairs*: o mundo tem novos desafios e novas ameaças e, principalmente, uma nova complexidade política que exigem soluções diferentes, instrumentos renovados, mas, acima de tudo, uma liderança visionária. Num mundo cada vez mais interdependente — confirmado, precisamente, pela crise económica internacional — as respostas aos problemas exigem uma acção concertada da comunidade internacional sob uma liderança americana renovada. É chegado o tempo de uma nova geração assumir o protagonismo histórico. “Os jovens não estão condicionados pelos viéses e preconceitos do passado. Esse é o grande privilégio da juventude. Mas também é a sua maior responsabilidade, na medida em que é sua a decisão última sobre o que fazer com este momento histórico assombroso”<sup>3</sup>. Esta tónica no corte com o passado e na «renovação» foi desde cedo anunciada como um elemento central das políticas Obama. Ao longo da campanha e depois de empossado como principal magistrado da república americana, Barack Obama afirma inúmeras vezes: “Acreditamos que as mudanças transformadoras são possíveis.”<sup>4</sup> Não estranha, portanto, que alguns círculos (sobretudo os mais próximos) tenham decidido designar a sua acção política de «Liberalismo Transformador»<sup>5</sup>. Fará esta designação sentido? O que quer ela dizer? Em que medida deve a política externa da nova administração, de facto, ser considerada liberal? E em que sentido deve ser entendida como transformadora?

Em primeiro lugar, o carácter liberal-internacionalista da política externa Obama surge confirmado no estilo e nos instrumentos que privilegia. Afastando o recurso à guerra preventiva e à acção unilateral, o novo presidente norte-americano propõe uma abordagem das relações internacionais assente na convicção da indispensabilidade da acção colectiva: que os EUA sozinhos são incapazes de responder aos mais recentes desafios mundiais, mas que o mundo também não o conseguirá fazer sem a América — “O mundo partilha uma segurança comum e uma humanidade comum.”<sup>6</sup> No actual contexto globalizado, impõe-se a abordagem multilateral assente na comunicação e na cooperação. Aliás, as suas vantagens são evidentes e têm sido amplamente debatidas. Até porque os desafios actuais, como o aquecimento global, o terrorismo transnacional, o narcotráfico, a pobreza extrema, o genocídio, os perigos de saúde pública, entre outros, requerem pela sua própria natureza que as soluções sejam igualmente globais e cooperativas. Daí o renovar da importância das instituições internacionais, quer como canais de comunicação, quer como fóruns de formação de consensos. É através da participação activa nessas instâncias multilaterais que os EUA podem moldar processos de tomada de decisão internacionais, esvaziar ou rejeitar as iniciativas que não são boas e, muito especialmente, partilhar políticas e valores.<sup>7</sup> Finalmente, mas não menos importante, só é possível uma repartição de custos e responsabilidades mais equitativa a nível internacional quando os processos têm um enquadramento multilateral. Como explica Susan Rice, uma das principais conselheiras de Obama em matéria internacional e, entretanto, nomeada nova embaixadora dos EUA junto das Nações Unidas, “encontramo-nos num momento decisivo em que os povos e as nações do mundo tanto devem demonstrar a vontade como os meios mais eficazes para cooperarem se quiserem responder às urgentes ameaças globais que enfrentamos. (...) Estas exigem uma

acção comum assente num propósito comum e numa visão de uma segurança partilhada. (...) Há mais de 60 anos os nossos líderes perceberam como uma instituição global que reunia todos os países do mundo reforçaria — ao invés de diminuir — a nossa influência e a segurança do nosso país e de todo o mundo.”<sup>8</sup>

Tal como a apologia da diplomacia multilateral, também o reforço do direito internacional e das perspectivas legalistas é apanágio dos liberais-internacionalistas. A nova administração americana voltou a trabalhar sobre a convicção predominante antes do 11 de Setembro de que os tratados e as normas internacionais resolvem muitas vezes aquilo que as sanções e a pressão militar não conseguem. Esse retorno é mais evidente em duas áreas: nas questões ambientais e no combate ao terrorismo. Na área ambiental, destaca-se a anunciada adesão aos processos internacionais de limitação das alterações climáticas e, mais concretamente, a participação na Conferência das Nações Unidas sobre o clima a realizar em Dezembro próximo em Copenhaga. Iniciativa saudada de imediato pela comunidade internacional.<sup>9</sup> Quanto ao terrorismo internacional, o presidente e os seus conselheiros têm vindo a privilegiar uma abordagem na óptica da criminalidade internacional em detrimento do terreno da guerra e do confronto militar.<sup>10</sup> O que, por sua vez, revela de modo inequívoco o entendimento liberal que o presidente Obama tem sobre outros dois conceitos estruturantes de qualquer política externa: o poder e a segurança. “Lembrai-vos que as anteriores gerações derrotaram o fascismo e o nazismo não apenas com mísseis e tanques, mas com alianças robustas e convicções perenes. Elas compreenderam como o poder, sozinho, é insuficiente para a nossa protecção e como ele deve ser usado com parcimónia. E ao invés, estavam bem cientes de como o nosso poder sai reforçado quando é usado com prudência, e como a nossa segurança deriva da justeza da sua causa, da força do nosso exemplo, das virtudes moderadoras da humildade e da contenção.”<sup>11</sup>

Como tem sido amplamente afirmado pelo discurso da nova administração, o poder daquela (hiper)potência é insuficiente para prosseguir externamente os interesses dos EUA e garantir a sua segurança no sistema internacional. Enquanto a narrativa estratégica e de defesa da Doutrina Bush se alicerçava na Guerra ao Terrorismo e na vitória sobre o Eixo do Mal, privilegiando o uso do poder militar e justificando-se ideologicamente na protecção e expansão da democracia-liberal, a Doutrina Obama (que ainda está em definição) propõe antes fazer Guerra ao Medo por meio do soft power, partindo da convicção de que, no presente histórico, a segurança vai muito para além do domínio militar e que a liberdade democrática e a prosperidade exigem um profundo reforço da ajuda ao desenvolvimento e o respeito pela dignidade humana. Trata-se da substituição da retórica da Agenda da Liberdade (administração Bush) pela eloquência da

*Mas será que a política da administração Obama tem, de facto, e como anunciava, sido substancialmente diferente da desenvolvida nos últimos oito anos por George W. Bush?*



Agenda da Dignidade (administração Obama)<sup>12</sup>. Da substituição do grande Decisor Bush (e da unilateralidade legitimada pelo interesse nacional) pelo grande Conciliador Obama (e pela multilateralidade efectiva em prol dos bens públicos comuns).

O que nos conduz directamente ao carácter «transformador» do liberalismo internacionalista da nova liderança norte-americana. É evidente que a noção de transformação — e com ela a retórica sobre o início de uma Nova Era e a oferta de uma nova visão do mundo — é, por si só, um tema tipicamente liberal. Todavia, não se trata simplesmente de mais um tópico liberal na política Obama, mas do centro dessa mesma proposta. A vocação e a promessa transformadora do novo presidente (nos dois últimos anos apenas candidato) têm um lugar central e revestem uma carga simbólica crucial no seu discurso. Barack Obama surge como alternativa credível precisamente porque significa uma mudança, uma transformação relativamente à administração anterior, à sua orientação doutrinal e ao seu legado. Por outras palavras, a proposta Obama é antes de mais a proposta «não-Bush».<sup>13</sup> Para ser uma opção viável face ao eleitorado tinha de estar enquadrada pela promessa da mudança, uma vez que o mundo perdera a confiança nos propósitos e nos princípios da liderança americana. Na esclarecedora comparação de Joseph Nye, aos olhos do resto do globo, “Guantanamo transformou-se num ícone global mais poderoso do que a Estátua da Liberdade.”<sup>14</sup> Urge recuperar essa confiança combatendo o próprio medo e exportando optimismo e esperança. O envolvimento internacional dos EUA não se pode definir por um alvo negativo, por aquilo que se combate (o terrorismo como ameaça comum), mas, ao invés, deve ser determinado por propósitos comuns positivos (a liberdade e a prosperidade). E, obviamente, os instrumentos e métodos escolhidos pelos que conduzem essa política devem reflectir a decência e as aspirações do povo americano que, afinal, são também as da comunidade internacional. Por fim, mas não de somenos importância do ponto de vista doutrinal, esta transformação é igualmente um regresso aos valores do passado entretanto negligentemente abandonados pelas administrações anteriores. Daí a constante invocação, entre outras, das Quatro Liberdades de Roosevelt e da Aliança para o Progresso de Kennedy. Fica assim legitimada a retórica e a acção transformadora.<sup>15</sup>

No domínio da política externa, encontramos dois exemplos paradigmáticos deste «liberalismo transformador» no modo como têm sido abordadas as questões do Afeganistão e do regime internacional de não-proliferação nuclear. No primeiro caso, a nova administração reformulou fortemente a sua política: “Acreditamos que a vitória não pode ser apenas militar. Temos de vencer através da ajuda ao desenvolvimento” explicou Obama aos aliados europeus.<sup>16</sup> É verdade que a solução não pode deixar de passar pelo reforço da presença militar estran-

geira, tendo em vista a eliminação da Al-Qaeda. Mas esta deve ser realizada em conjunto com os parceiros da NATO e os seus custos têm de ser partilhados.<sup>17</sup> Não obstante, o carácter novel da estratégia reside essencialmente na melhoria das condições de vida das populações locais, na preparação e formação das forças militares e policiais afegãs, na erradicação da corrupção e na estabilização política da zona (em directa articulação com a situação do Paquistão) e, especialmente, numa aproximação e concertação com os talibãs moderados (se é que estes existem...).<sup>18</sup> Anunciada com pompa e circunstância, e mais do que como uma estratégia de segurança alternativa para o Afeganistão-Paquistão, esta política foi apresentada como um modelo diferente de pensar os problemas internacionais. Quanto ao regime de controlo da expansão horizontal nuclear no sistema internacional, os maiores desafios colocam-se, como é evidente, em relação ao Irão e à Coreia do Norte. A administração Obama propôs a Teerão o reinício das conversações: sem condições *a priori*, a Casa Branca aceita sentar-se à mesa das negociações com vista ao abandono definitivo do projecto de nuclearização iraniano. Em contrapartida, está disposta a facilitar a integração do Irão na OMC, a outorgar-lhe incentivos económicos e, até, (imagine-se) a normalizar as relações diplomáticas, praticamente inexistentes desde 1979. Afinal, clama Washington, o Irão é um país signatário do Tratado de Não-Proliferação — tal como a Coreia do Norte. Razão mais do que suficiente para que ambos os países sofram as devidas penalizações internacionais ao quebrarem as regras que se comprometeram a respeitar. Mesmo que essa tarefa não seja fácil, como ficou demonstrado pela incapacidade dos EUA em assegurarem no Conselho de Segurança das Nações Unidas a condenação unânime das últimas experiências nucleares norte-coreanas e suas correspondentes sanções.<sup>19</sup> Apesar de tudo, num gesto que não pode deixar de ser interpretado como altamente simbólico, e fazendo alarde da convicção de que primeiro é preciso dar o exemplo, o presidente Obama propôs voltar a sentar-se à mesa das negociações com a Federação Russa para a elaboração de mais um tratado de redução de armamento estratégico nuclear (START).

Mas será que a política da administração Obama tem, de facto, e como anunciava, sido substancialmente diferente da desenvolvida nos últimos oito anos por George W. Bush? Será que, afinal, não encontramos algumas linhas de continuidade na condução dos assuntos exteriores? Tratam-se de interrogações pertinentes, especialmente tendo em conta que alguns dos protagonistas são os mesmos — Robert Gates na Defesa é o caso mais óbvio — ou, pelo menos, são arautos de uma visão liberal clássica mais própria do establishment — Hillary Clinton como secretária de Estado. E que lugar foi dado aos jovens e talentosos estrategas e politólogos que, com tanto sucesso e empenho, acompanharam Obama até à vitória?<sup>20</sup>

No dia 21 de Janeiro 2009 os EUA não se tornaram um país diferente. Basta ler o discurso de tomada de posse do novo presidente para constatar como o papel e os deveres da América e dos americanos na comunidade internacional não mudaram: “É-nos agora exigida uma nova era de responsabilidade — o reconhecimento por parte de cada americano de que temos obrigações para com nós próprios, com a nossa nação e com o mundo.”<sup>21</sup> Na verdade, a novidade desta era não se prende com a natureza das obrigações (dominantes na acção externa norte-americana durante quase todo o século XX), mas antes

*Alguns dos protagonistas são os mesmos - Robert Gates na defesa é o caso mais óbvio - ou, pelo menos, são arautos de uma visão liberal clássica mais própria do establishment - Hillary Clinton como secretária de Estado*



com o estilo e com os instrumentos a usar e, em última análise, com a imagem internacional dos EUA. O que a década passada mostrou não foi o declínio do país, nem o seu enfraquecimento inexorável mas antes que, para uma acção mais eficiente e legítima, o presidente norte-americano deve fazer um uso mais prudencial e temperado do seu poder (material e imaterial). Ou seja, o que a necessidade parece ditar é uma orientação mais pragmática e contida da acção e não uma revisão dos propósitos político-ideológicos fundamentais. Nas palavras de Obama-candidato, “o momento americano não terminou, mas deve ser aproveitado de novo”.<sup>22</sup> A invocação da prudência e da autocontenção pode ser algo atípica na história da política externa americana dos presidentes democratas (o que levou alguns analistas a salientarem com entusiasmo os pergaminhos realistas de Obama).<sup>23</sup> Contudo, é precisamente esse elemento que mais o diferencia do clássico internacionalismo-liberal dominado pela pactomania que caracterizou os anos Clinton (Bill) e que o separa dos idealistas-liberais do appeasement (apesar de muitos comentadores também estarem preocupados com a “ingenuidade” do novo presidente).<sup>24</sup> Paradoxalmente, é essa postura cautelosa, pragmática e, simultaneamente, afirmativa, que o aproxima da política externa desenvolvida durante o segundo mandato Bush, especialmente por Condoleezza Rice.<sup>25</sup> O que permite afirmar que existem mais similitudes e uma maior continuidade entre a acção da administração Obama e a da segunda administração W. Bush, do que entre a das duas administrações George W. Bush (ou, mesmo, entre as administrações Clinton e a actual).<sup>26</sup>

A ruptura entre as políticas externas Obama e Bush operou-se fundamentalmente a nível das visões sobre a realidade internacional circundante. Tendo iniciado o seu mandato ainda antes do 11 de Setembro, George W. Bush e os seus colaboradores mais

directos (sobretudo Cheney e Rumsfeld) trabalhavam sobre uma imagem centrada nas relações inter-estaduais dominadas pelo jogo de poder material entre as grandes potências maioritariamente ocidentais e democráticas. Vivia-se ainda no rescaldo do optimismo eufórico e da prosperidade crescente do pós-guerra fria. Mas os tempos mudaram e com algum dramatismo: o fim da história e a vitória liberal-democrática ficam ameaçados pelo inexorável choque de civilizações. Os aliados europeus começam a ver o seu estatuto posto em causa pelo crescente protagonismo das potências emergentes: a China, a Índia, o Brasil. O mundo globalizado transfere o seu centro do Atlântico para o Pacífico. É necessário recentrar, afinar, a imagem do sistema internacional.<sup>27</sup> E essa é a promessa — concretizada — de Barack Obama. É também aqui que se verifica a marca da nova geração de conselheiros, que agora se colocou mais nos bastidores.

Trabalhando sobre uma visão mais ampla e complexa das relações internacionais e tirando partido da sua presença inovadora e da sua personalidade carismática, o Presidente Obama mudou radicalmente o ambiente nas relações externas dos EUA. Ou, parafraseando o vice-presidente Biden, carregou no botão de reset da diplomacia norte-americana.<sup>28</sup> Do ponto de vista da opinião pública e do soft/smart power tratou-se de uma alteração muito significativa. Contudo, no que toca à agenda e, essencialmente, aos resultados efectivos, as mudanças não foram (ainda...) substanciais. Distinguem-se alguns sinais de originalidade doutrinária (internacionalismo liberal + prudência), uma comunicação mais efectiva e mais próxima, uma dinâmica mais motivadora e uma melhor recepção. Mas quanto às estratégias que começaram a ser implantadas — no Afeganistão, com a Rússia, na ONU, com os BRIC — é preciso esperar para ver. Com a consciência de que todas elas são, por enquanto, apostas em desenvolvimento e não mais do que isso. Podem resultar ou não. Só o tempo o demonstrará. Certezas há poucas. Todavia, uma não deve nunca ser esquecida pela nova administração: que os EUA são e continuam a ser uma grande potência, democrática, livre e rica. E que essas foram, afinal, as razões que tornaram aquele país o alvo privilegiado do terrorismo transnacional. ●

<sup>1</sup> «Remarks by President Obama at Strasbourg Town Hall» 3 de Abril de 2009. Consultar [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Remarks-by-President-Obama-at-Strasbourg-Town-Hall/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-President-Obama-at-Strasbourg-Town-Hall/).

<sup>2</sup> “For the world has changed, and we must change with it.” «Inaugural Address», 21 de Janeiro de 2009. Consultar [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/President\\_Barack\\_Obamas\\_Inaugural\\_Address/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/President_Barack_Obamas_Inaugural_Address/).

<sup>3</sup> «Remarks at Strasbourg Town Hall» (2009).

<sup>4</sup> Convicção simbolizada nos célebres slogans da sua campanha *Yes We Can e Change We Can Believe In*. Ver os vários discursos eleitorais, especialmente aquele proferido na Universidade DePaul (Chicago) em Outubro de 2007: “This election is about ending the Iraq War, but even more it’s about moving beyond it. And we’re not going to be safe in a world of unconventional threats with the same old conventional thinking (...) I want to be straight with you. If you want conventional Washington thinking, I’m not your man. If you want rigid ideology, I’m not your man. If you think that fundamental change can wait, I’m definitely not your man.” Consultar [www.cfr.org/publication/14356](http://www.cfr.org/publication/14356). Ver também «Remarks at Strasbourg Town Hall» (2009).

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Spencer Ackerman, «The Obama Doctrine», *The American Prospect*, March 24, 2008. Ver crítica a esta designação em Dean Barnett, «Meet the Obama Doctrine. Meet the Doctrinaires!», *The Weekly Standard*, 27 de Março de 2008.

<sup>6</sup> Barack Obama, «Renewing American Leadership», *Foreign Affairs*, Julho/Agosto (2007).

<sup>7</sup> Sobre as vantagens do multilateralismo ver a análise clássica de Joseph Nye, *The Para-*





*dox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*, (Oxford University Press: 2002).

<sup>8</sup> «Statement of U.S. Permanent Representative-Designate Susan E. Rice before the Senate Foreign Relations Committee», 15 de Janeiro de 2009. Consultar [http://thecable.foreign-policy.com/Susan\\_Rice](http://thecable.foreign-policy.com/Susan_Rice). Rice foi confirmada na sua nova função por unanimidade. É de referir que pela primeira vez na história do relacionamento EUA-ONU foi atribuído ao cargo de embaixador naquela organização a equivalência de “Cabinet rank”, o que revela bem a importância que a nova administração dá àquela função.

<sup>9</sup> Diz assim o site oficial da Casa Branca: “Make the U.S. a Leader on Climate Change”. Consultar [www.whitehouse.gov/agenda/energy\\_and\\_environment/](http://www.whitehouse.gov/agenda/energy_and_environment/). E, afirma o próprio presidente em relação à política energética e ambiental do país: “Our history is filled with such stories -- stories of daring talent, of dedication to an idea even when the odds are great, of the unshakeable belief that in America, all things are possible.(...) The choice we face is between prosperity and decline. (...) The nation that leads the world in creating new energy sources will be the nation that leads the 21st-century global economy. America can be that nation. America must be that nation.” «Remarks by the President on Clean Energy», 22 de Abril de 2009. Consultar [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Remarks-by-the-President-in-Newton-IA/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-in-Newton-IA/).

<sup>10</sup> Ver, entre outros, Samantha, Power, «The Democrats & National Security», *The New York Review of Books*, vol. 55, nº13, 14 de Agosto de 2008: “In arguing for closing down Guantánamo, ending extraordinary rendition, and returning to the Geneva Conventions, Democrats must remind voters of the national security consequences of being perceived as a lawbreaker.”

<sup>11</sup> «Inaugural Address» (2009).

<sup>12</sup> Christian Brose, «The Making of George W. Obama», *Foreign Policy*, Janeiro/Fevereiro de 2009.

<sup>13</sup> Ou “the unBush” como escreve Jonhatan Freedland, «After a flurry of early activity, the Obama Doctrine is taking shape», *The Guardian*, 11 de Março de 2009.

<sup>14</sup> Joseph Nye, «Recovering America's Smart Power» (2007). Consultar [www.projectsynchronize.org](http://www.projectsynchronize.org).

<sup>15</sup> “We know that transformational change is possible. We know this because (...) for all our differences, there are certain values that bind us together and reveal our common humanity: the universal longing to live a life free from fear, and free from want; a life marked by dignity and respect and simple justice.” «Remarks at Strasbourg Town Hall» (2009). Ver ainda «Renewing American Leadership» (2007).

<sup>16</sup> «Remarks at Strasbourg Town Hall» (2009).

<sup>17</sup> Foi essa a tônica da intervenção do vice-presidente Biden no Conselho do Atlântico Norte, em Março passado: “I want to make it clear: We're here to consult; we're here to listen; we're here to come up with a joint common strategy. Once that is arrived at, we, the United

States, expect everyone to keep whatever commitments were made in arriving at that joint strategy. It's as simple and as straightforward as that.” Consultar [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Remarks-by-Vice-President-Biden-to-the-North-Atlantic-Council/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-Vice-President-Biden-to-the-North-Atlantic-Council/).

<sup>18</sup> Ver «White Paper of the Interagency Policy Group's Report on U.S. Policy toward Afghanistan and Pakistan», 27 de Março de 2009. Consultar [www.whitehouse.gov/assets/documents/Afghanistan-Pakistan\\_White\\_Paper.pdf](http://www.whitehouse.gov/assets/documents/Afghanistan-Pakistan_White_Paper.pdf).

<sup>19</sup> “The Security Council stalemate over North Korea's rocket launch is turning into an early test of the Obama administration's U.N.-focused multilateralism”, Joe Lauria, «North Korea Crisis Tests Obama Administration's Reliance on UN», *The Wall Street Journal*, 11 de Abril de 2009.

<sup>20</sup> Sobre a proveniência e perfil intelectual do vasto grupo de conselheiros de política internacional que acompanharam Obama nos últimos 2 anos ver, Spencer Ackerman, «The Obama Doctrine», *The American Prospect* (2008) e Elisabeth Bumiller, «A Cast of 300 Advises Obama on Foreign Policy», *New York Times*, 18 de Julho (2008), p.A1.

<sup>21</sup> «Inaugural Address» (2009).

<sup>22</sup> «Renewing American Leadership» (2007).

<sup>23</sup> “He's been called a naive idealist. But in terms of foreign policy, he's the true realist in the race.” Fareed Zakaria, «Obama Abroad», *Newsweek*, 19 de Julho (2009). Ver também E.J. Dionne, «A New Fight. Defining Obama's foreign policy doctrine». *The New Republic*, 16 de Abril (2009).

<sup>24</sup> “Honestly grappling with the very real perils of our era would mean putting the airy idealism and hollow rhetoric on hold. The Obama Doctrine shows that Barack Obama and his Doctrineaires have no intention of doing any such thing.” Dean Barnett, «Meet the Obama Doctrine. Meet the Doctrineaires!», *The Weekly Standard* (2008).

<sup>25</sup> “We will not apologize for our way of life, nor will we waver in its defense. And for those who seek to advance their aims by inducing terror and slaughtering innocents, we say to you now that our spirit is stronger and cannot be broken -- you cannot outlast us, and we will defeat you.” «Inaugural Address» (2009).

<sup>26</sup> Sobre esta comparação ver o interessante e já citado artigo de Christian Brose, «The Making of George W. Obama», *Foreign Policy* (2009).

<sup>27</sup> Este processo terá custos sobre o domínio da aliança transatlântica. Não que esta venha a ser posta em causa, mas poderá ser relegada para um plano mais secundário na medida em que a Ásia-Pacífico surge como uma alternativa estratégica cada vez mais interessante para os EUA. Quanto aos Europeus, não parecem ter alternativas de parcerias estratégicas muito viáveis (África? Médio Oriente?).

<sup>28</sup> «Remarks by Vice President Biden at 45th Munich Conference on Security Policy». Consultar [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/RemarksbyVicePresidentBidenat45thMunichConferenceonSecurityPolicy/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/RemarksbyVicePresidentBidenat45thMunichConferenceonSecurityPolicy/).